



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Ronda do Quarteirão

Auditoria Operacional do TCE  
Ceará propõe melhorias

## Entrevista

Ministro Luís Roberto Barroso  
fala sobre direitos fundamentais

Mala Direta  
Postal  
BÁSICA  
9912261344 - DR/CE  
TCE-CE  
CORREIOS

# CONTROLE ~ CIDADÃO

## TCE Ceará e sociedade: juntos fortalecendo a democracia

Ano I, nº1 - janeiro a maio de 2015



**O Tribunal de Contas do Estado do Ceará completa 80 anos neste 2015. São oito décadas de serviços prestados em defesa da cidadania e em prol do povo cearense.**

As ações do TCE-CE foram além da fiscalização do uso correto dos recursos públicos estaduais. Por meio de sua Escola de Contas e Gestão, promoveu cursos de capacitação e orientação, a fim de prevenir e evitar irregularidades e atecnias.

Nesta atividade educacional, as metas foram alcançadas, e cada vez mais pessoas estão exercendo o controle social.

No Portal do TCE-CE, é possível acompanhar a ação dos gestores e a execução dos serviços de interesse do Estado. Conhecendo as políticas públicas, o cidadão pode sugerir prioridades e denunciar eventuais irregularidades na aplicação do dinheiro público.

Também pode participar e solicitar informações públicas de forma fácil e rápida através dos canais oferecidos pela Ouvidoria do TCE-CE.

Sempre atento às novas demandas, e atuando em parceria com a população, o Tribunal de Contas do Ceará constrói sua história, prosseguindo rumo à uma sociedade mais justa e igualitária.



[ouvidoria@tce.ce.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.ce.gov.br)



Sistema de Informação ao Cidadão  
<http://www.tce.ce.gov.br/sic>



Ouvidoria do TCE-CE  
Rua Sena Madureira, 1047  
Centro – Fortaleza – CE  
Cep 60055-080



0800 079 6666  
(85) 3212-2222



Há 80 anos trabalhando pela  
cidadania do povo cearense.



## “ESTAMOS DE PORTAS ABERTAS”



**VALDOMIRO TÁVORA**

Presidente do TCE Ceará

Neste 2015, temos o orgulho e a grata satisfação de comemorar os 80 anos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, instituição para a qual presto serviço há onze anos e que, a cada ano, se torna mais sólida, transparente e segura no cumprimento de sua missão maior de exercer o controle externo da administração pública estadual, assegurando à sociedade a regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Ao final deste ano, encerro meu segundo mandato consecutivo como Presidente da Corte de Contas. A confiança em mim depositada ao presidir esta Casa por três mandatos marca a história da minha vida.

Nossa missão de controle externo não se resume a fiscalizar e a punir. Defendemos a eficiência da aplicação dos recursos públicos. Acreditamos em um Tribunal proativo, que contribua para a formação de bons gestores, que invista nos servidores, que atue em parceria com o cidadão. Trabalhamos para garantir a execução de projetos que promovam o bem-estar da sociedade.

Queremos ser uma instituição de excelência no Controle Externo, atuando de forma inovadora, tempestiva e transparente. Tenho esperança que esta Casa ao completar 80 anos, em 5 de outubro, já tenha alcançado outros grandes objetivos, como o aumento do quadro de servidores, a otimização dos trâmites processuais e a consequente celeridade no julgamento dos feitos.

Estamos de portas abertas. Nossas sessões são públicas. Oferecemos cursos de capacitação presenciais e a distância, gratuitos para a sociedade. Vamos às escolas mostrar aos estudantes das redes pública e particular a importância de estarem vigilantes, de colaborarem com a gestão, de exercer o controle social.

Realizamos debates sobre temas candentes. Lançamos o Controle Cidadão, projeto de formação de multiplicadores do controle social. Queremos ser ainda mais eficientes. Um Tribunal de Contas forte certamente contribui para o aperfeiçoamento da transparência pública.

A handwritten signature in black ink, which appears to be the name Valdomiro Távora. The signature is fluid and stylized, written in a cursive-like script.



O DOE é o veículo de comunicação oficial dos atos processuais e administrativos da Corte de Contas, disponibilizado no Portal institucional.

- ✓ Mais transparência
- ✓ Modernização
- ✓ Economia
- ✓ Celeridade
- ✓ Praticidade
- ✓ Sustentabilidade



[tce.ce.gov.br](http://tce.ce.gov.br)

#### COMPOSIÇÃO ATUAL

##### **PRESIDENTE**

JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

##### **VICE-PRESIDENTE**

EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA

##### **CORREGEDOR**

RHOLDEN BOTELHO DE QUEIROZ

##### **CONSELHEIROS**

LUÍS ALEXANDRE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA

TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO

SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR

PATRÍCIA LÚCIA SABOYA FERREIRA GOMES

##### **CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

ITACIR TODERO (OUVIDOR)

PAULO CÉSAR DE SOUZA

##### **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE**

**PROCURADOR-GERAL**

EDUARDO DE SOUSA LEMOS

**PROCURADOR**

GLEYDSON ANTÔNIO PINHEIRO ALEXANDRE

# Em novo formato

**A**presentamos a você um novo projeto gráfico e editorial: a Revista Controle Cidadão. O layout valoriza elementos visuais, infográficos e tabelas. As mudanças vão destacar o conteúdo numa leitura agradável e dinâmica. O que antes era um informativo tornou-se uma revista quadrimestral, com marca atualizada e nova diagramação, desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação do TCE Ceará.

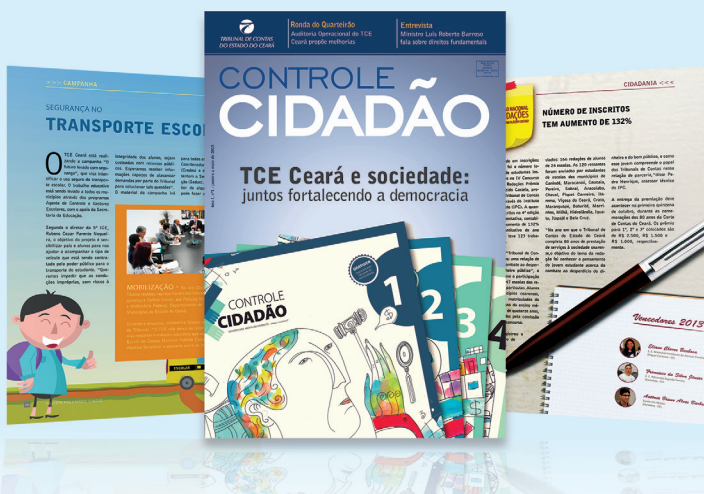
Fontes mais leves e uma reorganização das seções foram elaboradas a partir de uma visão que valoriza o pensamento em entrevistas, artigos,

contos, reportagens especiais. O desenho prevê, também, a apresentação de informações curtas e pequenas chamadas.

Esta revista é mais um espaço aberto pelo TCE Ceará para discussão e análise, com informações e serviços de interesse do cidadão. A edição impressa estará integrada às plataformas digitais, permitindo a leitura do conteúdo no tablet, smartphone ou no portal institucional ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)).

Queremos possibilitar uma maior interação com nossos canais de comunicação, como o Facebook, Twitter e Youtube. Os comentários recebidos pelas redes sociais irão se juntar às tradicionais cartas e e-mails na seção dedicada aos leitores, propiciando uma interseção de conteúdos da revista impressa, das redes sociais e do site.

Esperamos que você aproveite o conteúdo que preparamos nesta edição.

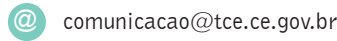


**Kelly de Castro**

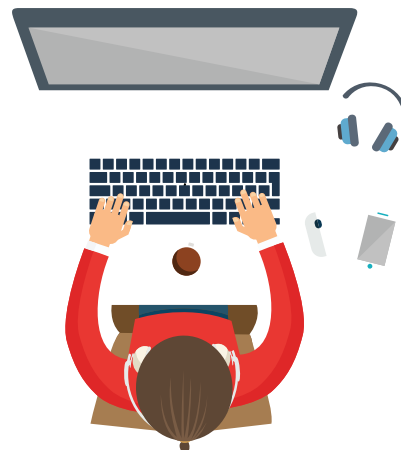
Assessora de Comunicação Social do TCE Ceará

## ENVIE SUGESTÕES

Mande comentários ou mensagens para nossos canais de comunicação.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TCE CEARÁ



JORNALISTA RESPONSÁVEL: KELLY DE CASTRO - 46162 MTB/DF | DESIGN: JESSICA PEREIRA / J. CLÉCIO FARIAS / LILYANNE LEITÃO | REDAÇÃO: GABRIELLA ANTUNES / MANUELA PORTO / RAQUEL PALHANO | ADMINISTRAÇÃO: KATYUCYA KAYATT | ESTAGIÁRIAS: DEBORAH NÁGILA / LORENA BARBOSA | TELEFONES: (85) 3488.5958 / (85) 3488.5905 | IMPRESSÃO: GRÁFICA APEX - TIRAGEM - 1,6 MIL EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## REPORTAGEM

RONDA  
do *Quarteirão*TCE CEARÁ PROPÕE  
MELHORIASPÁG. **20**

A Auditoria Operacional do TCE Ceará teve como objetivo avaliar a efetividade das atividades de policiamento comunitário e identificar os fatores que afetam o desempenho do Programa no desenvolvimento de suas ações na Capital e Região Metropolitana do Ceará.



## ANÁLISE

**14.** A apresentação do parecer foi feita pela conselheira Soraia Victor, relatora do processo.



## TCE DEBATE

**15.** Economista Raul Velloso destaca a necessidade de se buscar um modelo econômico pró-poupança.



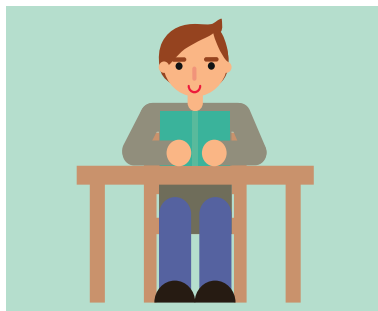
## ENTREVISTA

**16.** Ministro Luís Roberto Barroso fala sobre dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.



## CONTROLE CIDADÃO

**26.** Tribunal de Contas e sociedade: juntos fortalecendo a democracia.



## CONCURSO TCE

**30.** Ampliação do quadro de servidores é demanda primordial no TCE Ceará.



## OPINIÃO

**34.** Edilberto Pontes fala sobre os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



## DESEMPENHO E QUALIDADE

Apresentar o trabalho realizado no TCE Ceará pela Comissão de Autoavaliação do Marco de Medição de Desempenho (MMD). Esse foi o objetivo da reunião realizada dia 14/5, com a presença do presidente Valdomiro Távora, da conselheira Soraia Victor, dos gestores e diretores da Corte cearense.

“Parabenizo o presidente da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal, por esse novo Marco de Medição, e peço o empenho de todas as áreas do TCE Ceará para que possamos atingir o melhor desem-

penho e enviar o mais breve possível o relatório para a Atricon”, disse Valdomiro Távora. Instrumento do Projeto Qualidade e Agilidade (QATC), o MMD é coordenado pela Associação Nacional dos Tribunais de Contas (Atricon).

O objetivo é avaliar os pontos fortes e necessidades de melhorias; medir o progresso dos TCs e demonstrá-lo à sociedade; aferir o cumprimento das normas internacionais de auditorias e demonstrar a relevância dos Tribunais. A maioria das Cortes de Contas já aderiu ao MMD/QATC.



Presidente Valdomiro Távora pede o empenho de todos para cumprimento dos novos indicadores

## TREINAMENTO

Até o final de junho, a Comissão de Autoavaliação do Marco de Desempenho do TCE Ceará vai auditar os setores do Tribunal a fim de que sejam respondidos os questionamentos e apresentadas as evidências. Integram a Comissão os servidores Alexandre Fonseca, Auríço Oliveira, Felipe Koury e José Wesmey Silva. De agosto a setembro, membros e técnicos de TCs irão visitar as Cortes para promover a garantia de qualidade de todo o processo de avaliação. Após a consolidação dos resultados, a Atricon divulgará versão atualizada do Diagnóstico de Qualidade e Agilidade das Cortes de Contas, durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, previsto para dezembro deste ano.

## DISTRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS POR LISTAS AGILIZA JULGAMENTO

O sistema de distribuição por listas das Prestações de Contas Anuais (PCAs) dos gestores públicos deve dar maior celeridade aos julgamentos das contas referentes ao exercício de 2014, no TCE Ceará. Os jurisdiciona-

dos foram agrupados em sete listas, distribuídas entre os cinco Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos.

A distribuição das listas atende ao princípio da alternatividade: um Conselheiro ou Conselheiro

Substituto não pode ter sido sorteado para a mesma lista, caso tenha sido relator no ano anterior. A distribuição das PCAs também atende a quesitos de materialidade, quantitativo de unidades e suas vinculações.



## APROVADA REVISÃO ANUAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O colegiado do TCE Ceará aprovou, por unanimidade, em 3/3, minuta de Resolução Administrativa, que dispõe sobre a 5ª Revisão Anual do Planejamento Estratégico 2010/2015.

O resultado da oficina, coordenada pela Assessoria de Planejamento e Gestão dia 12/2, na sede da Corte, foi fruto da participação dos gestores, considerando como premissa os novos indicadores de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, propostos pela Atricon.

O presidente Valdomiro Távora destacou o trabalho e a dedicação de todos. “Estamos no

último ano do ciclo do Planejamento e, portanto, devemos direcionar esforços para concluir os projetos previstos para 2015. Iniciativas como essas são relevantes para o desenvolvimento institucional do Tribunal”.



### SETE AÇÕES A SEREM CONCLUÍDAS:

- Implantar IN 01/2014, que trata da Ordem Cronológica de Pagamentos;
- Elaborar Planejamento Estratégico da Ouvidoria, a fim de ampliar o controle social e a transparência;
- Implantar as Normas de Auditoria Governamental (NAGs);
- Elaborar Código de Ética dos servidores;
- Implantar área de inteligência;
- Elaborar metodologia para definição do Plano de Ação para as instruções de reexame;
- Sistematizar análise e julgamento do processo em bloco em matérias correlatas.

## RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO ESTÃO NO PORTAL



Conselheiro Rholden Queiroz

Já está disponível no portal institucional do TCE Ceará o novo espaço da Corregedoria, com informações e relatórios de atividade judicante e correições, para que o cidadão exerça seu direito de fiscalização. Segundo o conselheiro corregedor Rholden Queiroz, “o objetivo é dar mais transparência às ações da Corregedoria, fomentando o controle social acerca das atividades do Tribunal, de seus membros e servidores”.

As atribuições do corregedor estão definidas no art. 13 do Regimento Interno. Entre elas estão as de exercer os encargos de inspeção e correição geral permanentes; auxiliar o Presidente nas funções de fiscalização e supervisão da ordem e da disciplina no Tribunal; e confeccionar demonstrativo semestral que publicize a atividade judicante da Corte de Contas.



Saiba mais em:

<http://www.tce.ce.gov.br/corregedoria-institucional>



## MELHORIAS NO BOLETIM ELETRÔNICO DA SSPDS

O Tribunal de Contas do Ceará irá monitorar, no primeiro semestre de 2016, o serviço de Boletim Eletrônico de Ocorrência (BEO), a fim de verificar se foram executadas as determinações aprovadas, por unanimidade, em 14/4. A decisão teve como base o relatório da 13ª Inspeção de Controle Externo, que elaborou Auditoria de Conformidade na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Até o final deste ano, a SSPDS deverá atender as determinações do TCE, entre elas as de elaborar documento especificando requisitos que garantam

ampla acessibilidade para os usuários do sistema do BEO e fazer a análise e avaliação de riscos para o BEO. O processo nº 03994/2011-0 foi relatado pelo conselheiro Edilberto Pontes.

A Auditoria de Conformidade teve como objetivo fiscalizar o serviço de BEO, disponibilizado à sociedade por meio de sistema publicado na internet pela SSPDS e operacionalizado pela Delegacia Eletrônica da Polícia Civil. De acordo com o TCE, foram propostas melhorias para o serviço disponibilizado na internet, no que se refere aos aspectos de navegabilidade, usabi-



lidade, acessibilidade e segurança lógica. O TCE Ceará pretende, com o trabalho, assegurar a correta gestão e uso de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pela Administração Pública Estadual.

## CEARÁ DEBATE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Representantes de Tribunais de Contas do Brasil se reuniram, na sede do TCE Ceará, entre os dias 27 e 29/4, para discutir sobre a elaboração de normas e procedimentos de auditoria de

obras públicas e criação de um sistema informatizado de auditoria. O objetivo é compartilhar e conhecer experiências dos TCs brasileiros a fim de elaborar um manual que auxilie os servidores em seus trabalhos.

Antes do TCE Ceará, os técnicos haviam se reunido em outubro/2014, no TCE de Minas Gerais.

A coordenação dos trabalhos é feita pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio do Instituto Brasileiro de Obras Públicas (Ibraop), sociedade civil de direito privado sem fins econômicos, de âmbito nacional, constituído por profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de nível superior e que exercem atividades relacionadas à auditoria de obras públicas.



# US\$ 1 milhão

## PARA FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO



Além do Presidente Valdomiro Távora e da secretária Giovanna Adjafre, participaram José Teni Cordeiro, chefe da Coordenadoria Técnica do TCE Ceará; Daniel Façanha Rocha de Souza, Copcex; Heloísa Simone, técnica de gerenciamento financeiro da UGP do projeto PforR; Cristina Medeiros, coordenadora da UGP; Susana Amaral, do Banco Mundial; George Dantas Nunes, Fernando Granjeiro e o secretário Nelson Martins, da CGE.

O TCE Ceará recebeu recursos da ordem de US\$ 1 milhão do Banco Mundial para aplicar no fortalecimento institucional, especialmente em ações relacionadas ao controle externo. A verba é proveniente do acordo feito com o Bird, que solicitou ao Tribunal a realização da auditoria externa do Programa para Resultados (PforR). A Corte está auditando um montante de US\$ 350 milhões.

O convite do Bird se deu em função da experiência exitosa do Tribunal na auditoria realizada no Projeto SWAp II. Representantes do Banco Mundial, da Controladoria e

Ouvidoria Geral do Estado (CGE), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) do Programa para Resultados (PforR) estiveram com o presidente do TCE Ceará, conselheiro Valdomiro Távora, no dia 7/4.

Na ocasião, o Bird oficializou que a CGE será o órgão fiscalizador dos processos de assistência técnica da Corte de Contas. Segundo a secretária de Controle Externo, Giovanna Adjafre, “o Banco Mundial reconheceu a excelência do trabalho realizado pela Corte Cearense. O Bird concedeu recurso para que

o TCE se modernize cada vez mais e continue o fortalecimento de suas competências, assim contribuindo ainda mais na fiscalização dos gastos públicos”.

De acordo com o assessor de planejamento e gestão do Tribunal e responsável pela coordenação dos subprojetos junto ao Comitê do PforR, José Auriço Oliveira, “o investimento do Banco Mundial proporcionará que o Tribunal trabalhe com as melhores técnicas em auditorias contábeis e financeiras, utilizando-se de padrões nacionais e internacionais e fortalecendo as auditorias realizadas pelo Tribunal.

### INVESTIMENTO EM TRÊS SUBPROJETOS

**Reformulação do Processo Eletrônico do TCE** – O Tribunal de Contas do Ceará já tem implantado o processo eletrônico para receber as prestações de contas, mas pretende dar ainda mais agilidade e celeridade ao sistema, transformando a forma de receber as Prestações de Contas dos jurisdicionados com dados abertos.

**Consultoria para implantar as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) e as Normas Internacionais de Auditoria Governamental (ISSAIs)** – Esse projeto propiciará uma especialização ainda maior aos servidores sobre as normas de auditorias governamentais nacionais e internacionais, capacitando o Tribunal para auditar projetos no Brasil e no exterior.

**Consultoria especializada na área de informações estratégicas** – O projeto contribui para dar eficiência às auditorias. É uma área de inteligência que permitirá direcionar ainda mais os trabalhos de auditorias que impactam fortemente a sociedade, trazendo um resultado célere ao processo e uma redução dos custos.



## AUDITOR DO TCU DESTACA IMPORTÂNCIA DA PRODUTIVIDADE E GOVERNANÇA PÚBLICA

“A produtividade é o nosso calcanhar, o nosso maior problema.” A constatação é do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Fernando Silveira Camargo, que promoveu curso sobre produtividade no setor público para gestores do TCE Ceará, dias 5 e 6/3, no auditório do IPC.



Auditor do TCU, Fernando Camargo, destaca importância da produtividade no setor público

Durante dois dias, foram discutidos temas como Produtividade e seu conceito, Produtividade no Brasil, Produtividade no setor público e Impactos da produtividade na governança pública. “A proposta é sensibilizar para a importância dos estudos e de uma maior compreensão do fenômeno da produtividade, identificando o papel de uma entidade de fiscalização superior e seus auditores no fomento à produtividade e à moldura institucional que leve à eficiência”, disse o Auditor.

### CONHEÇA UM POUCO MAIS SOBRE O PENSAMENTO DO AUDITOR FERNANDO CAMARGO



“A corrupção é sim tema relevante para os tribunais. Não é assunto só de polícia.”

**Avanços dos Tribunais de Contas** – Tudo no Brasil, no que se refere a suas instituições, é muito recente. A prática de accountability em nosso País é demanda recente da sociedade e, por isso, o avanço dos Tribunais de Contas ainda é muito reflexo dessa demanda.

**Agilidade e Qualidade** – Esse binômio Agilidade e Qualidade é o que a sociedade brasileira espera de todo serviço público. Nunca poderemos nos esquecer dele.

**Produtividade no Setor Público** – Creio que o tema é ainda muito restrito no serviço público, infelizmente. O Brasil tem pouca produtividade como um todo, inclusive em seu setor privado. Acredito que com a reforma do Estado (que se avizinha) o tema será um dos mais debatidos.

**Transparência** – A transparência é co-irmã da accountability. Nos países da Escandinávia e no norte da Europa é comum e corriqueiro. Por aqui ainda padecemos de falta de transparência. É um longo caminho a ser trilhado. Importante

dizer que para o agente público a transparência é a regra.

**Auditorias Operacionais** – Só acredito na efetividade das auditorias operacionais quando atreladas diretamente à especialização de nossas unidades técnicas. Caso contrário podem ser muito desvinculadas da realidade. A especialização levará à auditoria de performance e à eficiência do gasto público.

**Combate à Corrupção** – Os Tribunais de Contas só receberão o aval da sociedade quando puderem criar uma moldura institucional em seus jurisdicionais que coíba a corrupção. A corrupção é sim tema relevante para os Tribunais. Não é assunto só de polícia.

**Investimento em Capacitação** – O TCU investe muito em treinamento e em boas condições de trabalho para seus servidores. Acho que o caminho é esse. Sem esquecer de uma carreira sólida, concursos públicos recorrentes e sérios.



Treinamento com o conselheiro do TCDF, Inácio Magalhães Filho, no IPC

## CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO FALA SOBRE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Servidores dos Tribunais de Contas cearenses receberam qualificação sobre Gestão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público. O treinamento foi dado pelo conselheiro do TCDF, Inácio Magalhães Filho. “Sempre me identifiquei com a área Legislação de Pessoal

e, do pouco que aprendi, quero compartilhar com os meus colegas”, ressaltou o tutor, em 23/4. De acordo com Inácio Magalhães Filho, o setor previdenciário é uma área formada, em sua maioria, por mulheres “e isso é muito bom, porque elas têm mais sensibilidade

para lidar com o assunto”.

Cada participante relatou como aplica sua prática de trabalho, ressaltando que a ação deve sempre estar em conformidade com a Constituição, “nunca esquecendo de respeitar a Lei do Direito Previdenciário”.

## TCE CEARÁ INTEGRA PROJETO MPEduc

“As instituições públicas precisam dialogar, coordenar os esforços, principalmente nesse campo específico da educação do Estado, para evitar desperdícios e ações sobrepostas.” A declaração foi feita pelo vice-presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, no lançamento do Programa de Formação para

Gestores Escolares Municipais e Estaduais, dia 30/3, na Procuradoria Geral de Justiça.

A ação integra o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc), que visa a promoção da melhoria da educação básica nas escolas da rede pública, especialmente com a elevação do

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O TCE Ceará assinou o Plano de Convênio para formação continuada de gestores escolares no que diz respeito ao uso dos recursos públicos dirigidos à educação.



Edilberto Pontes, vice-presidente do TCE Ceará, participou do lançamento do programa na PGJ

# Parecer das contas de 2014, do ex-governador Cid Gomes É EMITIDO COM 51 RECOMENDAÇÕES

O Tribunal de Contas do Ceará, em sessão extraordinária, emitiu no dia 29/5, por maioria de votos, parecer favorável à aprovação das contas de 2014 do ex-governador Cid Ferreira Gomes. Foram verificadas 71 ocorrências e feitas 51 recomendações pelo TCE Ceará. O parecer prévio seguiu para a Assembleia Legislativa do Estado, responsável pelo julgamento das contas do Governo.

A apresentação do parecer foi feita pela conselheira Soraia Victor, relatora do processo nº 03174/2015-1, que votou favorável à aprovação das contas, com ressalvas, juntamente com o conselheiro substituto Itacir Todero. A maioria do colegiado votou pela aprovação sem ressalvas e o conselheiro decano, Alexandre Figueiredo, agora é o relator designado. Apenas o conselheiro substituto, Paulo César de Souza, votou pela de-

saprovação das contas de governo - exercício de 2014.

Entre as principais ocorrências estão a subavaliação de bens imóveis do Estado; a não apresentação, nas notas explicativas, da metodologia de cálculo utilizada para estimar provisões de perda; a não apresentação do quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial; a classificação indevida de despesas como gastos passíveis de licitação; e a classificação de despesas em modalidade de licitação inadequada. Também foi constatada divergência na metodologia de apuração do Resultado Primário.

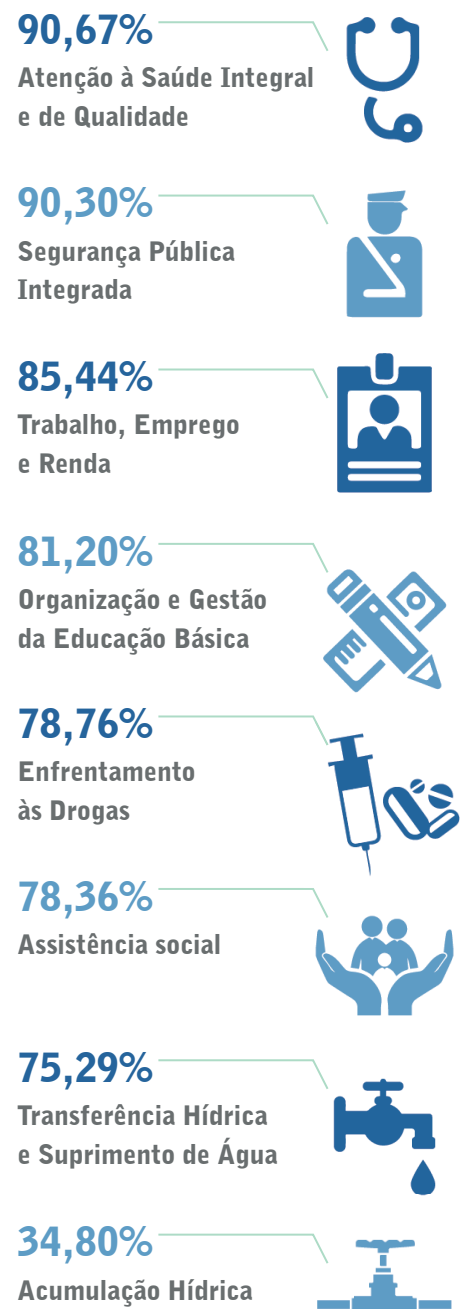
A análise dos documentos encaminhados pelo Governo foi feita previamente pela Comissão Especial para Análise da Prestação de Contas Anual do Governador.



Conselheira Soraia Victor em apresentação do relatório das contas do ex-governador Cid Gomes

## NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA

### PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS



# Ajuste fiscal é necessário,

## DIZ RAUL VELLOSO

**A**juste fiscal na economia brasileira. Essa é a solução imediata proposta pelo Ph.D. em Economia e escritor Raul Velloso, que proferiu palestra para um público de quase 150 participantes, durante a segunda edição do TCE Debate, realizado pelo Tribunal de Contas do Ceará, dia 27/3. Ele destacou a necessidade de se buscar um modelo econômico pró-poupança, aumentando a taxa de investimento, em detrimento ao atual modelo pró-consumo, que passa por uma fase de esgotamento.

O encontro teve como mediador o conselheiro decano da Corte, Alexandre Figueiredo, e como debatedores o professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), pós-Doutor em Ciências Econômicas, Jair do Amaral Filho, e o conselheiro Edilberto Pontes (vice-presidente do TCE Ceará).

Raul Velloso fez uma breve análise

sobre a atual situação financeira do País. Para o estudioso, que dissertou sobre Economia Brasileira Pós-Dilma, a economia do Brasil precisa passar por um ajuste fiscal, mesmo que isso afete diretamente a taxa de emprego. “A solução ajuda a controlar a dívida e o déficit externo. Irá mexer com empregos, desacelerar a economia, mas é a forma mais adequada, no momento.”

Quanto aos Estados, Raul Velloso aposta na capacidade de investimentos com recursos próprios. “Eles vão herdar uma situação financeira muito ruim, em geral, e começar num momento de fazer ajustes dos quais os Estados não vão poder fugir. É um problema duplo: como corrigir o que herdaram e como se adaptar ao programa que o Governo Federal está fazendo e que vai impor a eles.” O economista destacou a missão essencial das Cortes de Contas de fiscalizar os gastos públicos.



“ *Modelo pró-consumo está esgotado.* ”



### SOBRE O TCE DEBATE

*O projeto tem como objetivo trazer periodicamente à Corte de Contas pessoas de renome nas áreas econômica, jurídica e/ou social a fim de oferecer aos servidores, jurisdicionados e ao cidadão cearense uma oportunidade de debater temas candentes para a administração pública.*

*A primeira edição, realizada em 21/11/14, discutiu o tema “Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro”, título do livro do economista, Marcos Mendes. Participaram como debatedores, o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do TCEMG, conselheiro Sebastião Helvécio, e o professor de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, Flávio Ataliba.*



“As coisas da vida têm a cor da lente pela qual as pessoas estão olhando.”



# Luís Roberto Barroso

## Para o ministro do STF, não há objetividade plena no Direito

**Legitimidade das pesquisas com células-tronco embrionárias**, equiparação das uniões homoafetivas às uniões estáveis convencionais, legitimidade da proibição do nepotismo e da interrupção da gestação de fetos anencefálicos. Essas são algumas das causas polêmicas defendidas no Supremo Tribunal Federal por Luís Roberto Barroso, que participou, em 15/5, da 3ª edição do TCE Debate, na Corte de Contas do Estado do Ceará, onde falou sobre a Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais.

Entre suas obras publicadas estão “Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo”, “O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil”, “A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial”, “O controle de constitucionalidade no direito brasileiro”, “Interpretação e aplicação da Constituição”, “Constituição da República Federativa do Brasil anotada”, “Direito constitucional brasileiro: o problema da Federação”.

**PRINCÍPIO** - A dignidade da pessoa humana é um princípio e, no caso brasileiro, um princípio constitucional expresso no artigo 1º, inciso III da Constituição. Ela não é um direito fundamental em si, porque dizer que a dignidade da pessoa humana é um direito fundamental como se faz em outros países significa dizer que ela pode entrar em contradição com outros direitos. A ideia de dignidade da pessoa humana está na origem de todos os direitos material e verdadeiramente fundamentais. À luz do conhecimento convencional até hoje, pelo menos, somente as pessoas humanas têm titularidade de direitos em geral e de direitos fundamentais em particular. Todas essas são questões que remetem às reflexões sobre o sentido da dignidade da pessoa humana e a

necessidade de dar a esta expressão um mínimo de positividade.

**VAGUEZA** - A dignidade da pessoa humana se tornou um consenso ético relevante, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo saiu em busca de valores e do restabelecimento dos direitos fundamentais. A dignidade da pessoa humana se transformou numa grande fonte de irradiação de valores filosóficos, morais e direitos contemporâneos. Só que a aplicação da ideia de direitos humanos passou a enfrentar um conjunto de problemas. A começar pela vagueza da ideia de dignidade humana. Não se tornou incomum acontecer que, nas grandes questões controvertidas do mundo contemporâneo, os dois lados estivessem invocando a dignidade da pessoa humana.

**INTERPRETAÇÃO** - Quando se discute a criminalização ou não do aborto, os dois lados invocam a dignidade da pessoa humana. Quando se discute, por exemplo, a legitimidade ou não da eutanásia, da ortotanásia, do suicídio assistido, geralmente os dois lados invocam a dignidade da pessoa humana. A dignidade da pessoa humana se transformou numa espécie de espelho em que cada um projeta a sua própria imagem. Portanto, termina interpretando como sendo dignidade humana aquilo que corresponde a seus próprios padrões. Desnecessário que eu diga que uma ideia, um princípio, um direito que possa ser invocado simultaneamente pelos dois lados do conflito, que tem ideias contrapostas, acaba sendo um princípio que não serve para nada.

**BANALIZAÇÃO** - Como é uma ideia muito atraente, o risco de banalização da ideia é muito iminente. As pessoas invocam a dignidade da pessoa humana em situações que absolutamente não tem nenhuma relação com esse núcleo essencial de direitos e valores materializados. No Rio de Janeiro, houve um caso de conflito de vizinhança, onde um sujeito, violando as normas, abriu uma varanda no prédio, sem autorização do condomínio e sem respeitar o projeto. Houve uma ação na justiça e o juiz deu ganho de causa à pessoa que construía a varanda: ela tinha dificuldade de locomoção e quebrar a varanda foi a maneira que encontrou para poder pegar sol. Talvez não fosse a melhor aplicação, embora não tão estranha quanto a que o Supremo utilizou ao decidir que era válida a proibição da briga de galo e a tese

foi a de que violaria a dignidade da pessoa humana. Claro que cada um possui o sentido das palavras como quiser, mas eu realmente não imaginaria que uma briga de galo em si violaria o princípio da dignidade da pessoa humana, embora existe a dignidade dos animais. Diante deste uso um pouco indiscriminado do sentido de dignidade humana é que parte da doutrina passou a trabalhar por mais objetividade.

“*A dignidade da pessoa humana se transformou numa espécie de espelho em que cada um projeta sua própria imagem.*”

**PLURALIDADE** - Uma coisa que precisamos ter em conta, na interpretação jurídica em geral, é que a sociedade se tornou extremamente complexa, a vida se tornou extremamente plural e diversificada. É muito difícil a construção de um conceito comunitário em quase qualquer área relevante do conhecimento ou da prática humana, simplesmente porque as pessoas veem a vida de maneira diferente. As coisas da vida têm a cor da lente pela qual as pessoas estão olhando. Infelizmente, temos que abrir mão daquela pretensão antiga de objetividade plena do direito, onde há uma única resposta correta para todo e qualquer caso difícil. Existem problemas que não comportam solução fácil, mesmo com a dignidade da pessoa humana funcionando como bússola.



TCE Debate com Ministro Luís Roberto Barroso, no auditório do Edifício 5 de Outubro

**IV CONCURSO NACIONAL  
DE REDAÇÕES**  
PRÊMIO MINISTRO PLÁCIDO CASTELO

## Número de inscritos tem aumento de 132%

**R**ecorde em inscrições: 286 foi o número total de estudantes inscritos no IV Concurso Nacional de Redações Prêmio Ministro Plácido Castelo, promovido pelo Tribunal de Contas do Ceará, através do Instituto Plácido Castelo (IPC). A quantidade de inscritos na 4ª edição superou a expectativa, contabilizando um aumento de 132% sobre o quantitativo do ano passado, que teve 123 trabalhos enviados.

Com o tema "Tribunal de Contas e Cidadãos: uma relação de parceria no combate ao desperdício do dinheiro público", o concurso obteve a participação de alunos de 47 escolas das redes pública e particular. Alunos de 19 municípios cearenses, regularmente matriculados do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio e maiores de quatorze anos, serão avaliados pela comissão julgadora do concurso.

Fortaleza registrou o maior número de trabalhos en-

viados: 166 redações de alunos de 24 escolas. Os 120 restantes foram enviados por estudantes de escolas dos municípios de Canindé, Maracanaú, Caucaia, Pereiro, Sobral, Aracoiaba, Chaval, Piquet Carneiro, Itarema, Viçosa do Ceará, Crato, Maranguape, Baturité, Morrinhos, Milhã, Hidrolândia, Iguaçu, Itapajé e Bela Cruz.

"No ano em que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará completa 80 anos de prestação de serviços à sociedade cearense, o objetivo do tema da redação foi conhecer o pensamento do jovem estudante acerca do combate ao desperdício do di-

nheiro e do bem público, e como esse jovem compreende o papel dos Tribunais de Contas nessa relação de parceria," disse Pedro Henrique, assessor técnico do IPC.

A entrega da premiação deve acontecer na primeira quinzena de outubro, durante as comemorações dos 80 anos da Corte de Contas do Ceará. Os prêmios para 1º, 2º e 3º colocados são de R\$ 2.500, R\$ 1.500 e R\$ 1.000, respectivamente.

### Vencedores 2013



**Eliane Clares Barbosa**  
E. E. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco  
(Piquet Carneiro - CE)



**Francisco da Silva Júnior**  
E. E. Patronato Sagrada Família  
(Fortaleza - CE)



**Antônio Bruno Alves Barbosa**  
Escola Jim Wilson  
(Fortaleza - CE)

# RONDA do Quarteirão

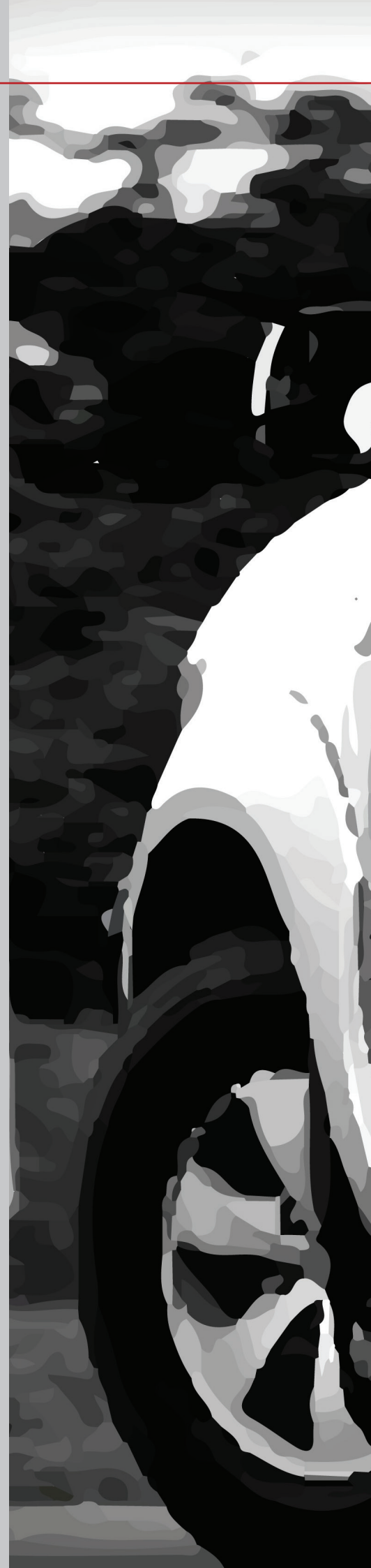
## TCE CEARÁ PROPÕE MELHORIAS

**D**ar um tratamento isonômico à política de remuneração dos policiais do Ronda do Quarteirão, do BPCoque e do Raio. Esta é uma das recomendações feitas pelo TCE Ceará no Relatório de Auditoria Operacional sobre o Programa Ronda do Quarteirão, da Polícia Militar do Estado (PMCE). O processo nº 11194/2012-4, relatado pelo conselheiro corregedor Rholden Queiroz, foi aprovado por unanimidade em 3/3/15. A continuidade do monitoramento da Corte de Contas será iniciada no segundo semestre de 2015, pela Comissão de Auditoria Operacional, seguindo as normas do TCU, que recomendam acompanhamento semestral.

Dentre os principais problemas encontrados, três foram destacados: os policiais do Ronda não estão realizando atividades de policiamento comunitário; as Companhias de Policiamento Comunitário – CIAs - não dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário; e as ações formativas não qualificam os policiais do Ronda para o desempenho de atividades de policiamento comunitário. Para cada problema, a Corte propõe recomendações.

O Comando-Geral da PM deve acatar os prazos fixados no Plano de Ação apresentado pela Comissão de Auditoria Operacional da Corte. O Tribunal também autorizou o monitoramento para verificação das medidas necessárias à implementação das recomendações propostas.

A Auditoria teve como objetivo avaliar a efetividade das atividades de policiamento comunitário e identificar os fatores que afetam o desempenho do Programa no desenvolvimento de suas ações na Capital e Região Metropolitana do Ceará.





CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS	
Os policiais do RONDA não estão realizando atividades de policiamento comunitário.	Repor as viaturas avariadas e fora de uso na maior brevidade possível; Orientar as Equipes do RONDA a adotar práticas de policiamento comunitário; Agilizar a lavratura dos autos de prisão em flagrante encaminhados pelas Equipes do RONDA; Promover campanhas contínuas de divulgação do RONDA, destacando o policiamento comunitário e os números dos telefones das viaturas; Providenciar em tempo hábil a manutenção dos telefones das viaturas.
As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs não dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário.	Elaborar plano de investimento para adequar as sedes das CIAs de policiamento comunitário; Elaborar plano de aquisições das munições e coletes balísticos; Elaborar estudo sobre o uso de armamentos letais/não letais e de equipamentos de comunicação individual mais adequadas ao uso dos policiais do RONDA, como também seu plano de aquisições; Elaborar plano de aquisições dos equipamentos e recursos materiais.
As ações formativas não qualificam os policiais do RONDA para o desempenho de atividades de policiamento comunitário.	Elaborar plano anual de capacitação para os policiais do RONDA.

### O QUE É UMA AUDITORIA OPERACIONAL?

A Auditoria Operacional compreende a avaliação das políticas públicas e das atividades governamentais dos órgãos e entidades, pautada, além dos aspectos de legalidade, em critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

Pode-se afirmar que a auditoria operacional é um processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, o que leva, quase que inevitavelmente, à uma apresentação de recomendações destinadas a melhorar o desempenho da gestão.



#### Principais recomendações

- Redução de custos;
- Utilização mais adequada de insumos para evitar desperdícios;
- Aperfeiçoamento de processos para melhor atender ao público-alvo;
- Aquisição de novas habilidades pela equipe implementadora;
- Fortalecimento dos controles internos para coibir fraudes;
- Disseminação de boas práticas de gestão.

#### Características da Auditoria Operacional

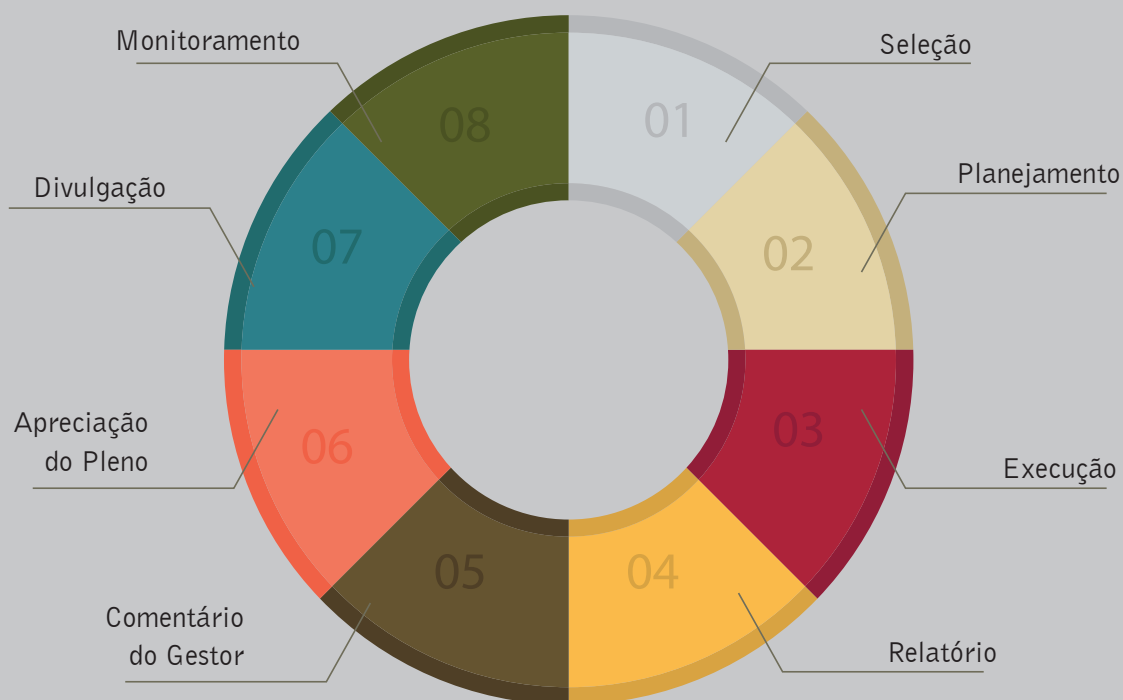
- Maior Flexibilidade na escolha dos temas e objetos de auditoria;
- Existência de distintos critérios e formas de comunicar suas conclusões;
- Envolvimento dos principais stakeholders durante a auditoria;
- Ampla variedade de métodos e técnicas de investigação e avaliação;
- Contato com os beneficiários da ação/programa.

## AUDITORIA OPERACIONAIS ACONTECEM HÁ SETE ANOS

Desde junho de 2008, o TCE Ceará realiza trabalhos de auditorias operacionais. Até o momento, foram desenvolvidas ações em sete áreas: Atenção Básica da Saúde, Unidades de Conservação de Proteção Integral (Meio Ambiente), Programa Saúde da Família, Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, Programa Ronda do Quarteirão (Segurança Pública), Ensino Médio (Educação) e Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais (Infraestrutura). Até o final deste ano, serão concluídas auditorias operacionais em mais duas áreas: Transporte Escolar e Gestão de Recursos Hídricos. Os trabalhos já foram iniciados e encontram-se na fase de planejamento.



### CICLO DE UMA AUDITORIA OPERACIONAL



O CEARÁ NA VISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O relatório contendo o resultado da auditoria operacional no Programa Ronda do Quarteirão, assim como em outras duas áreas estão publicadas no livro “Retratos do Brasil – O Ceará na visão do Tribunal de Contas do Estado”. O diagnóstico foi feito a partir de auditorias operacionais realizadas, nos anos de 2013 e 2014, nas áreas da Segurança Pública (Ronda do Quarteirão), Educação (Ensino Médio) e Infraestrutura (Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais).



Para conhecer a publicação “Retratos do Brasil”:  
<http://www.tce.ce.gov.br/publicacoes/publicacoes>



AUDITORIA OPERACIONAL X AUDITORIA DE REGULARIDADE

REGULARIDADE	OPERACIONAL
Padrões relativamente fixos;	Maior flexibilidade na escolha de temas, objetos e forma de comunicar resultados;
Conclusões concisas e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros;	Conclusões com considerável variação de escopo;
Conformidade das transações com leis e regulamentos;	Mais aberta a julgamentos e interpretações;
Exame da materialidade diretamente relacionada ao montante de recursos envolvidos e como principal critério de seleção.	Relatórios mais analíticos e argumentativos; Ampla seleção de métodos de avaliação e investigação; Envolvimento do gestor.

Benefícios da Auditoria Operacional

- Diminuição de desperdícios e de práticas ineficientes, antieconômicos, ineficazes e abusivas;
- Aumento de receitas;
- Melhoria de controles;
- Racionalização de procedimentos;
- Identificação de áreas problemáticas e de suas causas.



## O PAPEL DO GOVERNO NA ECONOMIA

Foi bastante prestigiado o lançamento do livro do doutor em Economia, Edilberto Carlos Pontes Lima, conselheiro e vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O evento, que reuniu dezenas de pessoas, aconteceu no Edifício 5 de Outubro, dia 28/5.

Em sua apresentação, Pontes ressaltou que o tema do livro situa-se na fronteira da política e da economia. "O texto traz questões que envolvem o interesse direto das pessoas." Segundo ele, a igualdade, abordada pelo professor Roberto DaMatta em sua palestra, é um ponto central da publicação, que levanta questionamentos como, por exemplo, quem vai ser mais tribu-

tado, quais os programas devem ser adotados pelo Governo para redução da desigualdade, entre outros.

Publicado pela Editora Atlas, a edição revela, em suas 304 páginas, o debate sobre o papel do governo na economia, destacando custos e benefícios da intervenção. Trata também do federalismo fiscal, da tributação, do orçamento público e do controle dos gastos públicos.

Para o economista e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso, o livro de Edilberto Pontes chega às livrarias em momento de dificuldades e de novos desafios na área fiscal do Brasil.



Edilberto Pontes

Conselheiro Vice-presidente



## CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O TCE Ceará disponibilizou em seu portal a Carta de Serviços ao Cidadão. A apresentação do documento foi feita pelo conselheiro substituto e ouvidor da Corte de Contas, Itacir Todero, no dia 5/5. Elaborada pela Ouvidoria, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão, a Carta de Serviços ao Cidadão é direcionada especialmente à sociedade fiscalizadora. Consiste em uma listagem que elenca todos os serviços que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará disponibiliza para o cidadão.

O documento serve como guia e orientação às organizações do governo na adoção de práticas de excelência. Mediante a Carta de Serviços, são informados ao cidadão os canais e formas de acesso, prazos, horários de atendimento, compromissos assumidos e padrão de atendimento referente às atividades desenvolvidas no Tribunal. O objetivo é aperfeiçoar o desempenho e ampliar a satisfação do cidadão com relação aos serviços prestados. Certidões, consultas, orçamentos, entregas e protocolo de documentos são outros itens listados na Carta.



Para conhecer a Carta de Serviços ao Cidadão:

<http://www.tce.ce.gov.br/downloads/Ouvidoria/carta-de-servicos.pdf>





Lançamento do projeto Controle Cidadão, no auditório do TCE Ceará.

# Tribunal de Contas & Sociedade

JUNTOS  
FORTALECENDO  
A DEMOCRACIA

“A cidade é uma máquina de democracia, quer você queira ou não. É na cidade que as pessoas comparam sua realidade com a dos outros, onde se repara as diferenças”. A declaração foi feita pelo antropólogo Roberto DaMatta, durante o lançamento do projeto Controle Cidadão, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR). O auditório do Edifício 5 de Outubro, do TCE Ceará, estava lotado de estudantes, professores, servidores e autoridades das mais diversas áreas, que ouviram o professor

DaMatta falar sobre “Cidadania ativa na sociedade brasileira”.

O espaço público, segundo Roberto DaMatta, é o da própria sociedade, destacando que o programa Controle Cidadão é importante no sentido de que uma expressão pública, como é o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, se abre para a sociedade e estimula o cidadão a procurá-lo. O professor considera essa aproximação entre Estado e sociedade extremamente importante para a constituição de um processo de democratização mais eficiente. “Acho importantíssimo esse projeto que o TCE Ceará está desenvolvendo em parceria com o FDR.

Porque é difícil fazer essa ponte com o cidadão, fazer com que ele se aproxime de um juiz, um desembargador, um conselheiro. Essa aproximação é a chave do sucesso do projeto e espero que funcione”, disse.

O antropólogo abordou a dificuldade experimentada pela sociedade brasileira em praticar a cidadania ativa devido à sua longa, densa e recente experiência como sociedade escravocrata. Segundo ele, o conceito contrasta com uma cidadania passiva, indiferente. Roberto DaMatta explica que a sociedade brasileira, até 1888, era formada por “súditos” e escravos,



Estudantes destacam iniciativa



Valdomiro Távora, Roberto DaMatta e Dummar Neto, presidente da FDR



Universitários prestigiam o antropólogo Roberto DaMatta

por cidadãos que pertenciam ou que obedeciam cegamente a outros. E que isso tornava difícil sua transformação numa sociedade de cidadãos absolutamente livres e autônomos, com coragem de expressar sua opinião (qualquer que seja ela), em qualquer situação, para qualquer pessoa.

“Acreditamos que o controle externo pode ser ainda mais eficiente com a contínua participação da sociedade na gestão pública. Fortalecendo o Tribunal de Contas do Estado do Ceará como um instrumento de cidadania, estamos estimulando o controle social e, conseqüentemente, aperfeiçoando o controle externo e a transparência pública,” de-

clarou o presidente Valdomiro Távora.

Na opinião de João Dummar Neto, presidente da Fundação Demócrito Rocha (FDR), o curso Controle Cidadão já é um sucesso antes mesmo de ser iniciado, pois já conta com mais de 25 mil inscritos. “Registro nosso orgulho pela parceria com esta importante instituição que é o TCE, que tem um papel republicano fundamental para uma sociedade justa e democrática.”

A abertura da solenidade foi feita pelo Coral Vozes da Corte, sob a regência do maestro Carlos Augusto Pereira. Compuseram a mesa de honra, além do presidente Valdomiro Távora, o Contro-

lador e Ouvidor Geral do Estado, Nelson Martins, representando o Governo do Estado; o deputado estadual Tin Gomes, representando a Assembleia; o conselheiro Domingos Filho, representando o TCM-CE; o presidente da Fundação Demócrito Rocha, João Dummar Neto; e o ministro emérito do TCU, Ubiratan Diniz Aguiar.

Prestigiaram o evento o desembargador Fernando Ximenes, do TJCE, o ex-governador Lúcio Alcântara; o conselheiro do TCM-CE, Manoel Bezerra Veras; o coordenador do Controle Cidadão, professor Gustavo Feitosa; e o professor Cesar Barreto, conteudista e ex-secretário-geral do TCE Ceará.

## O QUE É O CONTROLE CIDADÃO?

O Controle Cidadão prevê a distribuição de 12 fascículos (além de uma capa), a serem encartados, a partir de 8 de junho, no Jornal O Povo, durante 12 segundas-feiras consecutivas. Na semana seguinte à do encarte no jornal, o fascículo estará disponível em formato eletrônico, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do curso, podendo ser acessado e realizado download por todos os que estiverem matriculados, mediante login e senha. O Projeto visa dar mais amplitude à divulgação do papel essencial do controle externo e do controle social, por meio de diferentes estratégias, entre elas a realização de capacitações a distância, palestras e publicações de encartes, feitos especialmente para propiciar uma compreensão mais ampla do que é controle social e controle externo. O objetivo é estimular a participação da sociedade de forma cada vez mais efetiva e mostrar ao cidadão a sua importância perante a Administração Pública.

SEGURANÇA NO

# TRANSPORTE ESCOLAR

O TCE Ceará está realizando a campanha “O futuro levado com segurança”, que visa intensificar o uso seguro do transporte escolar. O trabalho educativo está sendo levado a todos os municípios através dos programas Agente de Controle e Gestores Escolares, com o apoio da Secretaria da Educação.

Segundo o diretor da 5ª ICE, Rubens Cezar Parente Nogueira, o objetivo do projeto é sensibilizar pais e alunos para nos ajudar a acompanhar o tipo de veículo que está sendo contratado pelo poder público para o transporte do estudante. “Queremos impedir que as conduções impróprias, com riscos à integridade

dos alunos, sejam custeadas com recursos públicos. Esperamos receber informações capazes de alavancar demandas por parte do Tribunal para solucionar tais questões”.

O material da campanha está sendo distribuído em todas as escolas estaduais. O cidadão que souber de alguma irregularidade pode fazer a denúncia através da Ouvidoria da Corte.



**MOBILIZAÇÃO** - No dia 25/2, o presidente Valdomiro Távora recebeu representantes das Secretarias da Educação, da Segurança e Defesa Social, das Polícias Militar, Rodoviária Estadual e Rodoviária Federal, Departamento de Trânsito e Associação dos Municípios do Estado do Ceará. “O TCE não deixa seu papel fiscalizador, mas queremos ressaltar o trabalho educativo que realizamos, disse.” A reunião teve como objetivo fortalecer a parceria entre as instituições para garantir o transporte escolar seguro dos estudantes.

O Tribunal anunciou a realização imediata de inspeção em cinco municípios cearenses: Cruz, Ipaporanga, Viçosa do Ceará, Aracati e Jardim. Para o segundo semestre deste ano, está prevista uma Auditoria Operacional sobre Transporte Escolar. O relator do processo nº 12595/2014-8, que trata sobre a questão de acidentes com transporte escolar, conselheiro substituto, Paulo César de Souza, também participou da reunião.



## Mais de 12 mil jovens SE TORNAM AGENTES DE CONTROLE

Alunos do ensino médio das escolas públicas cearenses estão sendo capacitados pelo Programa Agente de Controle, desenvolvido pela Escola de Gestão Ministro Plácido Castelo (IPC), do TCE Ceará. Desde sua criação em 2009, até abril de 2015, o Programa já qualificou 12.697 estudantes. Os jovens capacitados pelo Agente de Controle têm entre 13 e 18 anos e recebem orientação sobre como identificar situações irregulares; quando encontradas, como denunciar; quais os focos de maior desvio do dinheiro público; e o que acontece com os responsáveis.

### Ouvidoria Eletrônica

Lançado o novo sistema de atendimento *online*: a Ouvidoria Eletrônica. A ferramenta foi desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação, dentro do Programa TCE 100% Digital. Com a Ouvidoria Eletrônica, o cidadão pode registrar sugestões, reclamações, críticas, elogios, solicitações de informação, comunicações de irregularidade e problemas técnicos através de um servidor mais seguro, amigável e eficiente.

### Controle Interno e Externo

O presidente Valdomiro Távora esteve presente ao 10º Congresso Brasileiro de Controle Interno e Externo (Coninter), nos dias 9 e 10/4, no Rio de Janeiro. De acordo com o Conselheiro, o evento contribuiu para aprofundar o diálogo entre as entidades responsáveis pelo controle da Administração Pública e ampliar a cultura de governança. Távora anunciou, na ocasião, que a 11ª edição do Coninter será realizada em outubro, na sede do TCE Ceará.

### Altos Estudos

O V Seminário de Altos Estudos sobre Administração Pública – Contabilidade, Direito e Gestão – teve, entre suas palestras, a discussão do tema “A nova legislação de convênios no Estado do Ceará: até onde avançamos?”. O servidor da 12ª Inspeção de Controle Externo do TCE, Henrique Bezerra Cardoso, destacou, em 17/4, quais as implicações para os gestores com o aumento da responsabilidade.

### Ações da Atricon

Membros da Diretoria da Atricon participaram, dia 24/4, de reunião de trabalho no TCE-ES, coordenada pelo presidente Valdecir Pascoal. Além da apresentação de informações sobre as principais ações estratégicas da Associação, foi destacada a aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, as ações da Rede Infocontas e a defesa das competências constitucionais dos TCs. Do TCE Ceará, participou a conselheira Soraia Victor, diretora da Atricon.

### Desenvolvimento Sustentável

O vice-presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, proferiu palestra durante o III Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável, realizado de 7 a 9/4, em Brasília. Pontes destacou três princípios que devem ser adotados no desenvolvimento de sistemas mais eficientes na administração pública: controle, impessoalidade e facilidade para o contribuinte pagar. Na ocasião, o conferencista também citou a importância do protesto extrajudicial da dívida ativa.

### ICM de Goiás

Servidores da Escola de Contas do TCM de Goiás visitaram o TCE Ceará, no dia 31/3. Vivian Borim Borges Moreira, superintendente da Escola de Goiás, e Thiago Faguri de Sá, representante da área de tecnologia, foram recebidos pela diretora Hilária Barreto e pelo secretário Paulo Alcântara. Eles conheceram projetos do Instituto Plácido Castelo e a estrutura do Tribunal.

# Ampliação do quadro de servidores É DEMANDA PRIMORDIAL NO TCE CEARÁ

“O desafio é grande. Temos muito trabalho pois as demandas do Tribunal aumentaram bastante, até devido aos grandes investimentos feitos pelo Governo do Estado. Nosso corpo técnico é qualificado. E com o compromisso de elevar o quantitativo de servidores, certamente os trabalhos terão um maior rendimento para a sociedade.” A declaração foi feita pelo presidente do TCE Ceará, Valdomiro Távora, após a sinalização positiva do então governador Cid Gomes, em janeiro de 2014, para o acréscimo de novas vagas de analistas de controle externo ao quadro do Tribunal.

Um ano após a aprovação do projeto de lei pela Assembleia Legislativa e sanção do Governo do Estado, aproxima-se a data da realização do certame. Marcado para os dias 27 e 28 de junho, o concurso de 2015 registrou um número recorde de inscrições, em torno de 24 mil, o que demonstra o grau de seriedade e respeitabilidade obtido pela Corte cearense nos últimos anos.

Serão 48 vagas: uma para Procurador de Contas, uma para Conselheiro Substituto (Auditor), 36 vagas para Analista

de Controle Externo e 10 para Técnico de Controle Externo. A remuneração para Procurador de Contas e Conselheiro Substituto é, respectivamente, de R\$ 30.471,11 e R\$ 28.947,55. O salário inicial de Técnico de Controle Externo é de R\$ 6.310,92, sem adicional de titulação. Para o cargo de Analista de Controle Externo, sem adicional de titulação, o inicial é de R\$ 8.015,23. A carga horária de Analistas e Técnicos de Controle Externo é de 30 horas semanais.

A remuneração inicial é composta do vencimento, gratificações (fixa e variável) e adicional de titulação. O Plano de Cargos e Carreira do TCE prevê o desenvolvimento do servidor através da promoção e progressão, conforme especificam as Leis nº 13.783/2006 e 15.330/2013.

O concurso está aos cuidados da Fundação Carlos Chagas (FCC), a mesma banca que organizou, em novembro de 2008, há quase sete anos, o último certame da Corte de Contas do Ceará. Na época, foram inscritos 1.890 candidatos para 60 vagas de Analista de Controle Externo, distribuídas nas seguintes áreas: Auditoria de Obras Públicas (oito vagas), Auditoria de Tecnologia da Informação (seis vagas) e Auditoria Governamental (46 vagas).

Antes de 2008, o último concurso havia ocorrido em 1990, com a oferta de 52 vagas para Técnico de Inspeção, Engenheiro Civil, Inspetor de Contas e Agente Administrativo, o que atendia, então, as necessidades do Tribunal.



Valdomiro Távora  
Presidente do TCE Ceará

“Nosso corpo técnico é qualificado. E agora, com a elevação do quantitativo de servidores, certamente os trabalhos terão um maior rendimento para a sociedade.”

# MOTIVAÇÃO PARA O CONCURSO



1

## Pense positivo

A grande maioria dos concurseiros precisa entender que pensar positivo está totalmente sob seu controle. Você pode escolher entre lamentar o que aconteceu de errado, ou uma reprovação, ou ainda, aprender com os erros e focar no ato de que, cada falha é uma oportunidade de aprender. Quanto mais você afirmar a si mesmo: "Pense Positivo!", mais fácil isso acontecerá.

2

## Crie objetivos

Não adianta ter objetivos apenas em nossa mente, escreva e materialize seus objetivos, pois eles irão te guiar para o sucesso. Estar conectado com seus objetivos o tempo todo, fará com que você dê pequenos passos para atingi-los.

## Visualize o sucesso

Imagine como será quando atingir o cargo dos seus sonhos. Parece bobeira, mas visualizar suas conquistas te deixará motivado. Crie um quadro: cole figuras de coisas que você pretende ter ou fazer após sua nomeação.

3

## Esteja rodeado de boas companhias

É muito mais fácil manter-se motivado quando faz parte de um grupo de pessoas que buscam os mesmos objetivos que você, ou que também estejam em busca de seus próprios objetivos. A cada conquista, todos serão alimentados e inspirados pela vitória um do outro e estimulados a compartilhar seu sucesso.

4

5

## Lembre-se do motivo

A motivação inicial pode ser qualquer coisa, desde família, qualidade de vida e status a algum momento que tenha sido desafiado ou desacreditado. O primeiro estímulo é sempre o mais forte. Quando pensar em desistir lembre-se de sua motivação inicial, visualize seu quadro de conquistas, respire fundo e verá que todo esforço valerá a pena.



# DESBRAVANDO O CEARÁ

## sertão, serra e mar

Terra do sol, rica em cultura, com múltiplas características. Quem vem ao Ceará, seja na capital ou interior, sempre leva na bagagem lembranças das nossas belas paisagens, do sertão, serra ou do litoral.



### Porto das Dunas, Aquiraz

Foto: Creso Nolasco - Secretaria de Administração

A Praia do Porto das Dunas conta com a presença de grandes equipamentos voltados para o lazer e o turismo. Nesta área está o complexo turístico Beach Park, o maior parque aquático da América Latina. O Porto das Dunas, no município de Aquiraz, a 22 km de Fortaleza, é sinônimo de diversão e também descanso para toda a família.

### Distrito de Missi, Irauçuba

Foto: Pedro Henrique Camelo - IPC

O Distrito do Missi foi criado pela Lei Estadual nº 1158, de 1938. Localizado a 25 km da Sede, Irauçuba, é o maior em número de habitantes: aproximadamente 6 mil pessoas. É conhecido por suas lindas paisagens rochosas, com grutas, piscinas naturais, trilhas e pedras que são propícias à prática do rapel, parapente e outros. Na economia destaca-se a agricultura, a pecuária, a apicultura e o artesanato. Seu padroeiro é São José.



### Falésias, Beberibe

Foto: Cynthia Gurjão - 14ª ICE

Localizado no litoral leste cearense, Beberibe fica distante 83 km de Fortaleza. O Parque Nacional das Falésias, na praia do Morro Branco, possui areias coloridas em tons amarelo, vermelho e branco. O turista pode levar uma amostra dessa beleza natural adquirindo as garrafas artesanais, com paisagens feitas com areia. Outra atração é a Praia das Fontes, onde as falésias possuem fontes naturais de água doce. Há ainda a opção do passeio de buggy pela Lagoa do Uruaú e a Prainha do Canto Verde, preservada como um reduto ecológico.



## Viçosa do Ceará - Serra da Ibiapaba

Foto: Ronaldo Macário – 9ª ICE

Localizado a 348 km de Fortaleza, Viçosa do Ceará é o primeiro município criado na Serra da Ibiapaba, em 1882. Com um clima ameno bastante agradável, a cidade é considerada a “Suíça Cearense”. Tem como atrativos naturais a Pedra do Itagurussu, a Pedra de Itacaranha, Fonte do Caranguejo, Morro do Céu, Pedra do Machado, Cascata do Pirangi, Lages, Pedra do Macaco e Pilões.



## Praia de Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara

Foto: Paulo Alcântara – IPC

Localizada no município de Jijoca de Jericoacoara (CE), a 300 km de Fortaleza, está entre as dez praias mais bonitas do planeta. Jeri, como é conhecida, integra o Parque Nacional de Jericoacoara. Tem clima tropical, belas dunas brancas e formação rochosa à beira mar – a mais conhecida é a Pedra Furada. As lagoas são destaque em Jeri. A principal é Jijoca, que se divide em duas: Lagoa Azul, rústica e com barracas simples; e Lagoa do Paraíso, com pousadas, águas azuis, transparentes e cristalinas. Os manguezais complementam a beleza da paisagem local.



## CumBUcu, Caucaia

Foto: Daniel Cavalcante - Gabinete Conselheira Patrícia Saboya

Localizada no município de Caucaia, a praia do CumBUcu está distante 28 km de Fortaleza. À beira-mar estão ancoradas jangadas que proporcionam um passeio marítimo. Uma das atrações mais famosas do CumBUcu fica entre as dunas, a Lagoa do Banana, onde o visitante pode aproveitar diversas opções de lazer como passeios de caiaque, lanchas e banana-boat. Possui uma representativa rede hoteleira, mansões de veraneio. Na vila, originalmente ocupada pelos pescadores, encontram-se bons restaurantes principalmente de culinária internacional, devido à presença marcante de estrangeiros, que estão investindo no turismo do município.



As fotos fazem parte da 1ª Mostra de Talentos - Fotografia - do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, realizada no segundo semestre de 2012. As belas imagens também são destaque nas publicações da Corte.

# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



**EDILBERTO PONTES**

Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará, especialista em políticas públicas pela George Washington University e bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza e em Economia pela UFC. É autor dos livros "Curso de Finanças Públicas: uma abordagem contemporânea" e "Regras Fiscais: teoria e evidência". Atualmente, é Conselheiro vice-presidente do TCE Ceará.

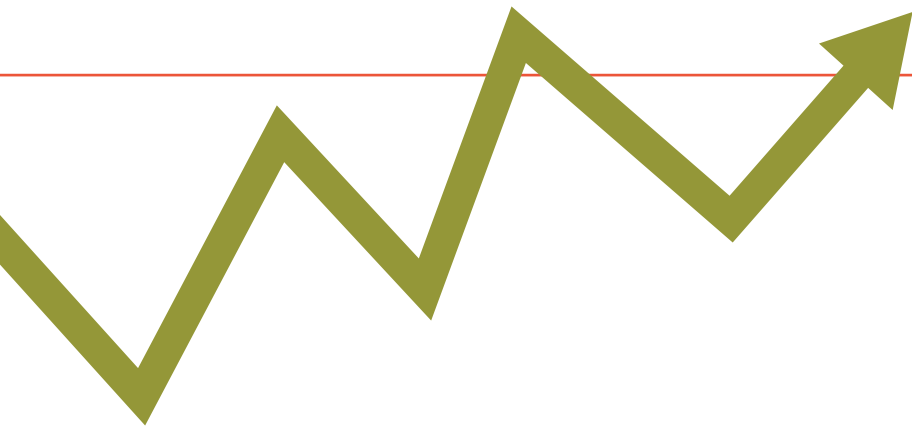
Quando o projeto que criava a LRF foi apresentado, muitas opiniões respeitáveis duvidavam que ela fosse aprovada. Argumentava-se que o Congresso Nacional não aprovaria tantas restrições para a realização de despesas públicas, o que certamente contaria com forte oposição por parte dos gestores públicos. Após a aprovação, apostava-se que tão logo o conjunto de forças políticas bem como as circunstâncias que permitiram sua aprovação se enfraquecessem, a Lei seria alterada em seus pontos mais substanciais, restando apenas dispositivos acessórios. Também se propugnava que o Supremo Tribunal Federal julgaria inconstitucionais muitas das disposições mais relevantes, uma vez que alguns partidos políticos, bem como associações de classe, ajuizaram ações de inconstitucionalidade questionando o que havia de mais relevante na Lei. Por fim, argumentava-se que, caso a Lei perenizasse nos termos aprovados, as administrações públicas do país, bem como os órgãos encarregados de assegurar o cumprimento, adotariam interpretações que enfraqueceriam, na prática, o compromisso com a responsabilidade fiscal.

Em 15 anos, há, felizmente, o que comemorar, embora nem tudo tenha ido tão bem. Em primeiro lugar, a despeito de centenas de projetos de alteração apresentados no Congresso Nacional, alguns desfigurando-a por completo,

até aqui apenas um projeto foi aprovado, que veio a ser a Lei Complementar nº 131, que melhorou a LRF, ao aperfeiçoar a transparência das contas públicas. Por óbvio, muitos projetos continuam tramitando. Só em 2015, por exemplo, foram apresentados 15 novos projetos de alteração.

Quanto à inconstitucionalidade, o STF não considerou inconstitucionais a maior parte dos dispositivos impugnados, mantendo a essência da Lei (ADI 2238-5). Ressalte-se que o julgamento definitivo ainda não ocorreu, restando uma decisão liminar de 2007, que afastou alguns dispositivos menos importantes e preservou a parte relevante. Uma decisão recente, contudo, que impacta questão de grande relevo na LRF, é a que aplicou o princípio da intranscendência subjetiva das sanções jurídicas. Entendeu o STF que as sanções pelo descumprimento dos limites de gastos de pessoal por um órgão com autonomia orçamentária, financeira e administrativa não poderiam alcançar o Poder Executivo, sob o argumento de que a nova administração eleita não poderia ser prejudicada por atos de outros (Ação Civil Originária 1501). Tal entendimento enfraquece a LRF porque esta partiu do pressuposto de que o ato de criação de despesa pública, particularmente os gastos de pessoal, envolve o ente público como um todo, uma vez que remunerações são aprovadas por projetos de lei aprovados pelo





Poder Legislativo e sancionados pelo Chefe do Poder Executivo. Assim, o ente como um todo deveria arcar com as consequências do descumprimento de algum órgão, mesmo porque as sanções institucionais só têm relevância para o ente, pouco significando para o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, que não necessitam, por exemplo, de garantias da União para a realização de empréstimos.

Por fim, quanto à implementação da LRF no dia a dia da administração, especialmente no que concerne à interpretação dos dispositivos mais restritivos, os resultados são heterogêneos. Um ponto de vulnerabilidade é a não criação do Conselho de Gestão Fiscal, que teria representantes das três esferas de governos e de todos os Poderes e teria a função principal de uniformizar e harmonizar as interpretações. Sua criação não alcançou o consenso até aqui, os projetos que tramitaram contemplavam um número excessivo de membros o que certamente implicaria numa pesada burocracia, com elevados custos e os demais problemas associados a tais estruturas.

Avanços importantes se registraram na transmissão de despesas não cobertas por disponibilidades de caixa de uma gestão para outra, sendo a inobservância desse item motivo frequente de reprimenda por parte dos Tribunais

de Contas e até de julgamentos pela irregularidade de contas. Quanto aos limites de despesas de pessoal, alguns Estados adotaram interpretações que permitiram a expansão dessa importante rubrica, ao excluírem certos itens que tradicionalmente eram contabilizados como tal. Uma sinalização importante foi a recente decisão do Tribunal de Contas da União que não considerou correto o adiamento de pagamento do Tesouro Nacional para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica dos recursos transferidos para programas sociais, fato que a grande mídia denominou de “pedaladas fiscais”. É que o Tribunal de Contas da União interpretou como uma forma de financiamento dos bancos públicos ao governo federal, algo que é expressamente vedado.

Tal decisão foi importante por si mesma e por representar um reavivamento da LRF, que voltou a figurar na agenda de preocupações do País. Sinalizou que os órgãos de controle efetivamente exercem o papel de guardiões da LRF e demonstrou que a sociedade brasileira valoriza o tema, enfraquecendo iniciativas para desfigurá-la.

“Em 15 anos, há, felizmente, o que comemorar, embora nem tudo tenha ido tão bem.”





# *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ*

**Serviço e transparência  
mais próximos de você.**

**Siga as nossas redes sociais, participe e fique  
por dentro dos gastos públicos.**



**facebook**

[facebook.com/tceceara](https://facebook.com/tceceara)



**twitter**

[twitter.com/tceceara](https://twitter.com/tceceara)



**YouTube**

[youtube.com/tceceara](https://youtube.com/tceceara)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**

Rua Sena Madureira, 1047 - CEP: 60055-080

Fortaleza/CE - (85) 3488.5900

[www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)